



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

TERMO DE REFERÊNCIA

**CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1. OBJETO

Registro de preço para aquisição de medicamentos para usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) da cidade de São Borja a serem distribuídos nas Farmácias Básicas e Unidades de Saúde de nosso município, inclusive o SAMU.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinaram de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

Item	Quantidade mínima	Quantidade total	Unidade de Medida	Descrição / Especificação
1	80.000	80.000	COMPRIMIDO	ÁCIDO FÓLICO 5 MG COMPRIMIDO
2	500	500	AMPOLA	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML
3	225.000	225.000	CÁPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO (VALPROATO DE SÓDIO) 250 MG CÁPSULA
4	2.000	2.000	FRASCO	ÁCIDO VALPRÓICO (VALPROATO DE SÓDIO) 50 MG/ML XAROPE 100 ML
5	500	500	AMPOLA	ADENOSINA 3MG/ML AMPOLA DE 2ML
6	4.000	4.000	AMPOLA	ÁGUA DESTILADA SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML
7	1.500	1.500	FRASCO	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 10 ML
8	4.000	4.000	COMPRIMIDO	ALBENDAZOL 400 MG COMPRIMIDO MASTIGÁVEL
9	40.000	40.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 100 MG COMPRIMIDO
10	400.000	400.000	COMPRIMIDO	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO ELENCO ESTADUAL
11	80.000	80.000	COMPRIMIDO	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125 MG COMPRIMIDO
12	2.000	2.000	FRASCO	AMOXICILINA 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO 60 ML
13	60.000	60.000	CÁPSULA	AMOXICILINA 500 MG CÁPSULA
14	80.000	80.000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG COMPRIMIDO

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

15	90.000	90.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 50 MG COMPRIMIDO
16	500	500	AMPOLA	ATROPINA, SULFATO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML
17	5.000	5.000	FRASCO	AZITROMICINA 40 MG/ML 600 MG PÓ PARA SUSPENSÃO 15 ML
18	3.000	3.000	AMPOLA	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI SUSPENSÃO INJETÁVEL 4 ML
19	500	500	AMPOLA	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4 % SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML
20	180.000	180.000	COMPRIMIDO	BIPERIDENO, CLORIDRATO 2 MG COMPRIMIDO
21	300.000	300.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL 500 MG + 400 UI COMPRIMIDO
22	50.000	50.000	COMPRIMIDO	CEFALEXINA 500 MG COMPRIMIDO
23	500	500	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 500MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL IM IV
24	1.000	1.000	COMPRIMIDO	CLOPIDOGREL, BISSULFATO 75MG COMPRIMIDO
25	500	500	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO - (KCL) 10% AMPOLA 10ML
26	1.500	1.500	FRASCO	CLOREXIDINA, DIGLICONATO 0,12% SOL. BUCAL 250ML
27	80.000	80.000	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 100 MG COMPRIMIDO
28	500	500	AMPOLA	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML
29	1.800	1.800	BISNAGA	DEXAMETASONA 0,1 % CREME 10 G
30	5.000	5.000	AMPOLA	DEXAMETASONA, FOSFATO DISSÓDICO 4 MG/ML SOLUÇÃO INJ AMP 2,5 ML
31	200.000	200.000	COMPRIMIDO	DIPIRONA SÓDICA 500 MG COMPRIMIDO
32	10.000	10.000	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML
33	500	500	AMPOLA	DOBUTAMINA, CLORIDRATO 12,5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 20 ML
34	500	500	AMPOLA	DOPAMINA, CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML
35	180.000	180.000	COMPRIMIDO	DOXAZOSINA, MESILATO, 2 MG BR0268493
36	500	500	AMPOLA	EPINEFRINA 1MG/ML AMPOLA DE 1ML

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

37	2.000	2.000	AMPOLA	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 20 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML
38	400	400	BISNAGA	ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL 50 G
39	80.000	80.000	COMPRIMIDO	FENITOÍNA SÓDICA 100 MG COMPRIMIDO
40	100.000	100.000	COMPRIMIDO	FENOBARBITAL 100 MG COMPRIMIDO
41	500	500	AMPOLA	FENOBARBITAL 200MG/ML AMPOLA 1ML
42	100.000	100.000	COMPRIMIDO	FINASTERIDA 5 MG
43	400	400	AMPOLA	FLUMAZENIL 0,5MG/ML FRASCO/AMPOLA 5ML
44	20.000	20.000	COMPRIMIDO	GLYCINE MAX (ISOFLAVONA DE SOJA) 60MG COMPRIMIDO
45	400	400	FRASCO	HALOPERIDOL 2 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML
46	400	400	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML
47	2.000	2.000	AMPOLA	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO ,50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML
48	500	500	AMPOLA	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 20 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL
49	1.000	1.000	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30 ML
50	60.000	60.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 20 MG COMPRIMIDO
51	4.000	4.000	COMPRIMIDO	IVERMECTINA 6 MG COMPRIMIDO
52	200.000	200.000	UNIDADE	LANCETA, 28GX0,36MM, AÇO INOXIDÁVEL, ULTRA FINA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, COM SISTEMA PROTETOR
53	250.000	250.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG COMPRIMIDO ELENCO ESTADUAL
54	250.000	250.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG COMPRIMIDO ELENCO ESTADUAL
55	400.000	400.000	COMPRIMIDO	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG COMPRIMIDO
56	500	500	FRASCO	MANITOL SOLUÇÃO 20% FRASCO 250ML
57	500	500	FRASCO	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 10 ML
58	4.000	4.000	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

59	200	200	AMPOLA	METOPROLOL, 1MG/ML, SOL. INJ AMP 5ML
60	1.000	1.000	BISNAGA	MICONAZOL, NITRATO 2 % CREME 28 G
61	1.000	1.000	BISNAGA	MICONAZOL, NITRATO 2 % CREME VAGINAL 80 G
62	3.000	3.000	FRASCO	MIKANIA GLOMERATA (GUACO) 35 MG/ML XAROPE 100 ML
63	500	500	AMPOLA	NALOXONA, CLORIDRATO 0,4 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML
64	50.000	50.000	COMPRIMIDO	NIFEDIPINO 10 MG COMPRIMIDO
65	800	800	FRASCO	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50 ML
66	30.000	30.000	CÁPSULA	NITROFURANTOÍNA 100 MG CÁPSULA
67	35.000	35.000	CÁPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO 25 MG CÁPSULA
68	500	500	AMPOLA	ONDANSETRONA 2MG/ML AMPOLA 2ML
69	500	500	FRASCO	PERMETRINA 10 MG/ML LOÇÃO FRASCO 60ML + PENTE FINO
70	400	400	AMPOLA	PETIDINA 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML
71	130.000	130.000	COMPRIMIDO	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO
72	500	500	AMPOLA	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL EV AMPOLA 5ML
73	2.000	2.000	UNIDADE	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL (NaCl 3,5G+Glicose 20G+Citrato Na 2,9G+KCl 1,5G) 27,9G PÓ PARA SOLUÇÃO ADULTO E PEDIÁTRICO
74	1.500	1.500	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME 50 G
75	500	500	AMPOLA	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% AMPOLA 10ML
76	250.000	250.000	COMPRIMIDO	SULFATO FERROSO (40MG DE FERRO ELEMENTAR) COMPRIMIDO
77	500	500	AMPOLA	TERBUTALINA SULFATO 0,5 MG/ML AMPOLA 1ML
78	10.000	10.000	COMPRIMIDO	TIAMINA, CLORIDRATO 300 MG COMPRIMIDO
79	500	500	AMPOLA	TRAMADOL, CLORIDRATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML
80	500	500	AMPOLA	VITAMINAS DO COMPLEXO B (B1,B2,B3,B5,B6) SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML
81	300.000	300.000	COMPRIMIDO	VITAMINAS DO COMPLEXO B (B1,B2,B3,B5,B6) DRÁGEA

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Por tratar-se de compra de medicamentos, é inviável a compra de um medicamento por vários fornecedores devido a marca e lotes, portanto, a quantidade total é o mínimo a ser exigido da licitante vencedora.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preço é de 12 meses, prorrogável na forma do artigo 84, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso.

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes: vide a Lei

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Ata de Registro de Preços prever a possibilidade de prorrogação por até um ano, art. 84 Lei Nº 14.133/2021.

Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- (x) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

CAPÍTULO II

DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Em face da necessidade de aquisição de medicamentos para dispensação aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) assistidos pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS), garantindo a entrega gratuita de medicamentos aos munícipes e dando efetividade ao direito à saúde. Ainda, com a realização do Registro de Preços para a aquisição de medicamentos, poderá a administração adquiri-los com economicidade, transparência e legalidade, cumprindo assim a nova Lei de Licitações nº 14.133/2021.

Tendo em vista que o PE 23/2024 está próximo de vencer e que os itens do PE 46/2024 foi adquirido todo o saldo, ainda estes medicamentos fazem parte da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), dispensados aos pacientes do SUS nas Farmácias Básicas de nosso município e de uso do SAMU, sendo de extrema necessidade a compra para mantermos o estoque na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF).

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A solução proposta é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de medicamentos, conforme as seguintes especificações/condições:

Viabilidade de mercado: aquisição de medicamentos necessários para dispensação aos usuários das Farmácias Básicas e demais unidades de saúde a partir de empresas fornecedoras no mercado.

Viabilidade econômica: solicitado orçamento diretamente com empresas fornecedoras de medicamentos.

Viabilidade operacional: Considera-se o fato de darmos seguimento à distribuição de medicamentos necessários para atender a população do SUS.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo deste edital. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, o preço deverá ser cotado com até quatro casas decimais, observando as diretrizes do anexo II – Modelo de Proposta Comercial, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com o timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo se sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances. A identificação de que trata o item acima não se refere aos documentos de habilitação que os licitantes devem anexar antes do início do certame. O valor de intervalo de lances será de R\$ 0,0001.

Os produtos entregues deverão corresponder ao bem/produto ofertado, inclusive marca, laboratório fabricante e número do registro no Ministério da Saúde.

A nota fiscal deverá estar acompanhada de cópia do Laudo de Controle de Qualidade do fabricante de todos os medicamentos e seus respectivos lotes.

Nos termos do artigo 140, inciso II, alíneas a e b da Lei 14133/21, os objetos da presente aquisição serão recebidos da seguinte forma: O objeto será recebido provisoriamente (conferência do número de volumes registrados na nota fiscal e documentação) pelo almoxarife do local, onde deverá ser efetuada a entrega. O recebimento definitivo (conferência quantitativa e qualitativa dos itens e lotes) poderá ser feito em até cinco dias úteis após a entrega. A contratação somente será considerada concluída mediante o recebimento definitivo, expedido pelo fiscal da ata de registro de preços, uma vez verificado o atendimento integral das quantidades e especificações contratadas.

Caso o produto não corresponda ao exigido pelo edital, a licitante contratada deverá providenciar, no prazo máximo de cinco dias, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na ata de registro de preços, no edital.

O prazo de entrega poderá ser prorrogado quando solicitado pelo fornecedor, desde que requerido antes da data limite para o respectivo fornecimento e condicionada à ocorrência de motivo justificado e devidamente comprovado. A solicitação de prorrogação de prazo deverá ser encaminhada ao Município requisitante que analisará o pedido e poderá aceitar ou não a prorrogação de prazo.

A troca de marca poderá ser solicitada pelo fornecedor a qualquer momento durante a vigência da ata de registro, condicionada à ocorrência de motivo justificado e poderá ocorrer de duas formas: Se for realizada a solicitação de troca de marca para atender a apenas uma ordem de compra específica, o pedido deverá ser realizado diretamente com o município requerente. Para a nova marca pretendida deverá ser enviada a cópia do registro do produto na ANVISA e o Certificado de Boas Práticas Farmacêuticas e o município na posse destes documentos analisará o pedido e poderá aceitar ou não a troca. Se for realizada a solicitação de troca de marca de forma permanente, ou seja, para todo o quantitativo registrado em ata, esta deverá ser realizada por meio de documento formal à PMSB junto a devida justificativa comprovada por documento original ou cópia autenticada do fabricante. Para a nova marca pretendida deverá ser enviada a cópia do registro do produto na ANVISA e o Certificado de Boas Práticas Farmacêuticas.

Da forma e conteúdo da entrega: Para as formas farmacêuticas líquidas de uso oral, deverão estar incluídos, copos/colheres medida ou o equivalente dosador em quantidade suficiente para os tratamentos (mínimo 1 (um) dosador por frasco). Para as formas farmacêuticas de aplicação vaginal, deverão estar

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

incluídos aplicadores vaginais acondicionados individualmente, em quantidade suficiente para os tratamentos. Os medicamentos entregues deverão conter bula, rótulo e embalagens, com todas as informações sobre eles em língua Portuguesa. A data de validade e o número do lote deverão estar impressos ou gravados em todas as unidades de apresentação do produto (caixa, blíster, ampola, bisnaga, frasco). Nas embalagens primárias e secundárias deverá constar a seguinte frase: “PROIBIDA A COMERCIALIZAÇÃO”. O acondicionamento do(s) frasco(s) na(s) caixa(s) deve(m) ser na posição vertical e os frascos separados por divisórias internas de papelão (“colmeias”) ou em embalagens individuais. Nos casos de embalagens hospitalares poderá ser solicitado posteriormente quantitativo maior de bulas. O laudo de controle de qualidade do laboratório do fabricante (original ou cópia legível autenticada ou segunda via do original) deverá acompanhar cada lote do medicamento quando da entrega, devendo ser em papel timbrado do laboratório, legível, sem rasuras e deverá contemplar: (a) nome genérico do produto e marca ou denominação comercial, quando for o caso; (b) nome(s) do(s) princípio(s) ativo(s) com suas respectivas DCB ou DCI; (c) número do lote; (d) forma farmacêutica; (e) indicação da Farmacopeia de referência; (f) data de fabricação e prazo de validade; (g) resultado das análises e valores dos parâmetros de aceitação e (h) identificação do responsável com o respectivo número de inscrição no Conselho Regional e assinatura referente a todo e qualquer lote entregue, possua a autorização de funcionamento para transporte de medicamentos junto à ANVISA.

A PMSB se reserva ao direito de, a qualquer tempo e com ônus para o fornecedor contratado, solicitar a elaboração de laudo externo de controle de qualidade do medicamento, devendo ser autorizado pelo contratado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, após a solicitação do órgão requisitante. O laudo deverá ser expedido por um dos laboratórios analítico-certificadores, referendados pelo Ministério da Saúde (conforme Portaria 1.818/1997), devendo ser em papel timbrado do laboratório, não podendo ser manuscrito e constando o nome completo e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia do responsável, assim como deverá conter os mesmos testes realizados pelo próprio fabricante em sua linha de produção, com indicação da farmacopeia de referência e parâmetros de aceitação, constando o nome do medicamento em “DCB” (denominação comum brasileira). O contratado deverá autorizar que a PMSB receba o resultado da análise imediatamente após a conclusão do laudo. Esta autorização deverá ser expressa, por escrito, pelo contratado ao laboratório e entregue à PMSB, antes do fornecimento das amostras, caso solicitadas, respeitando o prazo de até cinco dias após a solicitação formal à PMSB, sob pena das aplicações das sanções previstas neste edital.

Não serão aceitos mais do que 3 (três) lotes por medicamento/empenho, excetuando-se solicitação prévia e por escrito pelo contratado e autorização expressa do órgão requisitante do(s) medicamento(s).

6.2 Do transporte de medicamentos: As empresas vencedoras deste certame serão responsáveis pelo transporte, seja próprio ou subcontratado, conforme normas da ANVISA. A empresa que efetuar o transporte dos materiais até o endereço citado neste edital deverá possuir autorização de funcionamento para transporte de medicamentos junto à ANVISA. Será de responsabilidade de cada empresa vencedora do certame cumprir o item acima ou subcontratar transportadoras que também cumpram. A PMSB, poderá solicitar, a qualquer momento, comprovação de que a empresa que efetuou o transporte, referente a todo e qualquer lote entregue, possua a autorização de funcionamento para transporte de medicamentos junto à ANVISA.

Os fornecedores terão o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega por e-mail, para proceder a entrega dos produtos, livre de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxas de descargas, embalagens, etc. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, especificações, prazo e local constantes no termo de referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de garantia ou validade; O prazo de validade na hora da entrega do medicamento deve ser no mínimo de 01 (um) ano, caso houver prazo de validade inferior ao mencionado, deverá acompanhar carta de troca com o medicamento, sendo necessária a autorização prévia do Farmacêutico responsável pelas compras de medicamentos.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 2 (dois) dias, o objeto com avarias ou defeitos; Comunicar à SMS, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis que antecedem a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**CAPÍTULO III
DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. O Registro de Preço irá suprir a demanda de 12 meses da Farmácia Básica da Secretaria Municipal da Saúde, dos medicamentos descritos acima.

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 20.106/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de São Borja, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Além das multas estabelecidas, o MUNICÍPIO poderá recusar os materiais, se a sua apresentação não estiver de acordo com o exigido na descrição do objeto e não for corrigida imediatamente.

Não serão aceitas propostas de preço para medicamento manipulado, somente com CERTIFICADO DE REGISTRO DOS MEDICAMENTOS E MATERIAIS, expedido pelo Ministério da Saúde/ANVISA.

A contratação será realizada por meio de registro de preço com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para fornecimento dos bens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021: conforme item **19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA.**

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO

Prazo de entrega de até 10 (dez) dias, a contar do 1º dia útil posterior a data da confirmação do recebimento, pela ADJUDICATÁRIA, da nota de empenho ou ordem de compra que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA.

8.2. LOCAL E HORÁRIO

Os medicamentos deverão ser entregues na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) na Rua: Dep. Olinto Arami Silva, nº 362, Centro, São Borja/RS, CEP: 97670-000, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 7:30h às 11:30h e das 13:30h às 16h. O recebimento dos medicamentos se dará pelo farmacêutico ou pelo funcionário responsável pela CAF. Telefone (55) 3430-1901, e-mail farmaciabasicasaoborja@gmail.com

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal. **Ademais, é necessário conter o lote, a marca e a data de validade do medicamento na nota fiscal.**
- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

O prazo de validade na hora da entrega do medicamento deve ser no mínimo de 01 (um) ano, caso houver prazo de validade inferior a 01 (um) ano, caso houver prazo de validade inferior ao mencionado, deverá acompanhar carta de troca com o medicamento, mediante autorização prévia do Farmacêutico responsável pelas compras de medicamentos.

CAPÍTULO IV **DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. O responsável pela fiscalização do contrato será Francine Toller Saraiva Portella, Farmacêutica-Bioquímica, CRF/RS 13856, farmaciasaoborja@gmail.com, 5534301901 e seu substituto será José Aurélio Teixeira Rigo, Farmacêutico-Bioquímico, aureliorigo@gmail.com, 5534301901.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

**CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

Na aquisição dos medicamentos o recebimento será realizado na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) na Rua: Dep. Olinto Arami Silva, nº 362, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 7:30h às 11:30h e das 13:30h às 16h. O recebimento dos medicamentos se dará pelo farmacêutico ou pelo funcionário responsável pela CAF.

14.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3. O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita 5 dias corridos para bens, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 10 dias consecutivos, configurando inexecução parcial do contrato.

15.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 10 dias consecutivos. Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo das demais sanções e penalidades cabíveis.

15.2.4.2. aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, nos seguintes casos: a) quando o objeto não for executado de acordo com as especificações da proposta apresentada e do Contrato, ou houver negligência na execução do objeto contratado; b) quando a CONTRATADA se negar a corrigir deficiências ou refazer os serviços solicitados pela Contratante; c) pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

16.1. O pagamento será efetuado mediante empenho, após o recebimento do objeto e apresentação da nota fiscal, no prazo máximo de 15(quinze) dias após a liquidação definitiva realizada pelo Departamento de Material, Patrimônio e Documentos.

**CAPÍTULO VI
FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. Realização de registro de preço para a aquisição de medicamentos.

17.2. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento a ser adotado.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a)** identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c)** prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e)** assinatura do responsável legal da empresa.

18.1 AMOSTRA

(x) Não () Sim

18.2 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

(x) Não () Sim

Em caso da resposta for SIM, descreva qual documento a ser solicitado:

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**:

- a)** Certidões ou atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.
- b)** Registro ou inscrição junto ao Conselho de Farmácia de sede da licitante (Certidão de Regularidade do Conselho Regional de Farmácia).
- c)** Comprovação de licenciamento sanitário estadual e municipal.
- d)** Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) para medicamentos e Autorização Especial (AE) para fabricação e distribuição de psicotrópicos e entorpecentes, expedida pela ANVISA, em vigor, em conformidade com a lei nº 13.043/2014.
- e)** Autorização de Funcionamento de empresa (AFE) para correlatos ou produtos para a saúde, expedida pela ANVISA em conformidade com a Lei nº 13.043/2014.
- f)** CERTIFICADO DE REGISTRO DOS MEDICAMENTOS E MATERIAIS, expedido pelo Ministério da Saúde/ANVISA, em vigor, onde conste o número e a validade do registro, denominação do produto, nome e número do CNPJ do fabricante, devendo sob pena de desclassificação a folha deste certificado ser numerada em sua parte superior direita com o número do item do produto ao qual corresponde. No caso de isenção de registro, deverá ser comprovada por meio de documento oficial. No caso do registro do produto estar vencido, deverá ser apresentado acompanhado dos Formulários de petição 1 e 2 protocolados na ANVISA de acordo com a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, artigo 12, 6. *Para os*

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

medicamentos de notificação simplificada deverá ser apresentada a notificação simplificada de medicamentos de acordo com a resolução RDC 199 de 20 de outubro de 2006. Caso o produto cadastrado na ANVISA como isento de registro ou registrado em outra categoria esta condição deverá ser comprovada. *Para os medicamentos de embalagem fracionável* conforme a RDC 80/2006, será exigido o Registro da Apresentação Comercial Fracionável.

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

(x) Sim () Não

Justifique a necessidade ou não de apresentação de atestado (s) de capacidade técnica:

Certidões ou atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

19.2 VISTORIA

(x) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.

Justifique a necessidade de vistoria obrigatória:

19.3 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

Descrever: conforme descrito no item 19, da Qualificação Técnica.

19.4 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs

A Prefeitura Municipal de São Borja, no exercício de suas funções, com o objetivo de demonstrar que a aplicação dos benefícios materiais previstos nos arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, podem ser dispensados pelo responsável pela licitação.

A redação do art. 47, da Lei Complementar nº 123/06 estabelece um dever de prioridade, ou seja, nos certames públicos deflagrados há de se dar preferência à contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, independentemente de qualquer legislação específica editada pelo ente licitante.

Entretanto, a Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, elencou no art. 49, algumas hipóteses que, se presentes no caso concreto, dispensam ou eximem a autoridade responsável pela licitação de aplicar os benefícios materiais previstos nos arts. 47 e 48. Assim sendo, de conformidade com o art. 49, não se aplica os benefícios quando:

- a) não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
- b) o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; ou,

Nesse contexto, por tratar-se da aquisição de Medicamentos, a Administração no uso de suas atribuições legais, resolve, a não aplicação dos arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123, de 2006, para esse edital específico por não fornecedores competitivos enquadrados como microempresa e empresa de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, resguardando-se de um procedimento com restrição à ampla concorrência. Compreendemos que quanto maior o número de participantes no certame melhor será a possibilidade de aquisição de medicamentos por um menor preço, tendo em vista, o possível prejuízo a saúde dos munícipes se restarem itens desertos pela incapacidade de fornecimento de todas as quantidades dos diversos tipos de medicamentos. Não se trata de um simples produto. Tratar-se de medicamentos, na sua maioria, são adquiridos direto de fabricantes, gerando economia para o município, garantindo a qualidade e assegurando a entrega, onde a ausência destes tem reflexos sobre a resolubilidade de assistência aos

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

usuários, não podendo aguardar por desdobramentos e desfechos em um processo licitatório, dada restrição de participantes caso seja utilizado a regra dos artigos 47 e 48, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

19.5 JUSTIFICATIVAS DAS VEDAÇÕES

O art. 15 da Lei 14.133/21 prevê que pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, conforme os artigos 9º, inciso I, “a” e 16 preveem a participação de cooperativas.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

A pesquisa de preços atende ao Decreto Municipal nº 20.108/2023 e o art. 23 da Lei 14.133/21.

Item	Quant	Unidade	Especificação	Valor unitário de referência
1	80.000	COMPRIMIDO	ÁCIDO FÓLICO 5 MG COMPRIMIDO	R\$ 0,0500
2	500	AMPOLA	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML	R\$ 4,3400
3	225.000	CÁPSULA	ÁCIDO VALPRÓICO (VALPROATO DE SÓDIO) 250 MG CÁPSULA	R\$ 0,2800
4	2.000	FRASCO	ÁCIDO VALPRÓICO (VALPROATO DE SÓDIO) 50 MG/ML XAROPE 100 ML	R\$ 5,5200
5	500	AMPOLA	ADENOSINA 3MG/ML AMPOLA DE 2ML	R\$ 10,9000
6	4.000	AMPOLA	ÁGUA DESTILADA SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	R\$ 0,3300
7	1.500	FRASCO	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 10 ML	R\$ 1,1300
8	4.000	COMPRIMIDO	ALBENDAZOL 400 MG COMPRIMIDO MASTIGÁVEL	R\$ 0,4300
9	40.000	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 100 MG COMPRIMIDO	R\$ 0,1500
10	400.000	COMPRIMIDO	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO ELENCO ESTADUAL	R\$ 0,0500
11	80.000	COMPRIMIDO	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125 MG COMPRIMIDO	R\$ 1,4900
12	2.000	FRASCO	AMOXICILINA 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO 60 ML	R\$ 2,9100
13	60.000	CÁPSULA	AMOXICILINA 500 MG CÁPSULA	R\$ 0,2200
14	80.000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG COMPRIMIDO	R\$ 0,0400
15	90.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL 50 MG COMPRIMIDO	R\$ 0,0500

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

16	500	AMPOLA	ATROPINA, SULFATO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	R\$ 0,8300
17	5.000	FRASCO	AZITROMICINA 40 MG/ML 600 MG PÓ PARA SUSPENSÃO 15 ML	R\$ 5,8600
18	3.000	AMPOLA	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI SUSPENSÃO INJETÁVEL 4 ML	R\$ 5,9500
19	500	AMPOLA	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4 % SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	R\$ 0,7200
20	180.000	COMPRIMID O	BIPERIDENO, CLORIDRATO 2 MG COMPRIMIDO	R\$ 0,3000
21	300.000	COMPRIMID O	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL 500 MG + 400 UI COMPRIMIDO	R\$ 0,0900
22	50.000	COMPRIMID O	CEFALEXINA 500 MG COMPRIMIDO	R\$ 0,7000
23	500	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 500MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL IM IV	R\$ 8,2200
24	1.000	COMPRIMID O	CLOPIDOGREL, BISSULFATO 75MG COMPRIMIDO	R\$ 0,3000
25	500	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO - (KCL) 10% AMPOLA 10ML	R\$ 0,3800
26	1.500	FRASCO	CLOREXIDINA, DIGLICONATO 0,12% SOL. BUCAL 250ML	R\$ 9,3200
27	80.000	COMPRIMID O	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 100 MG COMPRIMIDO	R\$ 0,3300
28	500	AMPOLA	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML	R\$ 2,1100
29	1.800	BISNAGA	DEXAMETASONA 0,1 % CREME 10 G	R\$ 1,3900
30	5.000	AMPOLA	DEXAMETASONA, FOSFATO DISSÓDICO 4 MG/ML SOLUÇÃO INJ AMP 2,5 ML	R\$ 1,3200
31	200.000	COMPRIMID O	DIPIRONA SÓDICA 500 MG COMPRIMIDO	R\$ 0,1300
32	10.000	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	R\$ 0,9600
33	500	AMPOLA	DOBUTAMINA, CLORIDRATO 12,5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 20 ML	R\$ 5,5400
34	500	AMPOLA	DOPAMINA, CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	R\$ 3,2100
35	180.000	COMPRIMID O	DOXAZOSINA, MESILATO, 2 MG BR0268493	R\$ 0,0800

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

36	500	AMPOLA	EPINEFRINA 1MG/ML AMPOLA DE 1ML	R\$ 1,2800
37	2.000	AMPOLA	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 20 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	R\$ 1,0900
38	400	BISNAGA	ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL 50 G	R\$ 9,9300
39	80.000	COMPRIMID O	FENITOÍNA SÓDICA 100 MG COMPRIMIDO	R\$ 0,1900
40	100.000	COMPRIMID O	FENOBARBITAL 100 MG COMPRIMIDO	R\$ 0,1600
41	500	AMPOLA	FENOBARBITAL 200MG/ML AMPOLA 1ML	R\$ 2,4500
42	100.000	COMPRIMID O	FINASTERIDA 5 MG	R\$ 0,2400
43	400	AMPOLA	FLUMAZENIL 0,5MG/ML FRASCO/AMPOLA 5ML	R\$ 6,0200
44	20.000	COMPRIMID O	GLYCINE MAX (ISOFLAVONA DE SOJA) 60MG COMPRIMIDO	R\$ 0,5900
45	400	FRASCO	HALOPERIDOL 2 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML	R\$ 3,2500
46	400	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	R\$ 2,8900
47	2.000	AMPOLA	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO ,50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	R\$ 4,5200
48	500	AMPOLA	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 20 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	R\$ 5,9300
49	1.000	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30 ML	R\$ 2,2500
50	60.000	COMPRIMID O	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 20 MG COMPRIMIDO	R\$ 0,2100
51	4.000	COMPRIMID O	IVERMECTINA 6 MG COMPRIMIDO	R\$ 0,2200
52	200.000	UNIDADE	LANCETA, 28GX0,36MM, AÇO INOXIDÁVEL, ULTRA FINA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, COM SISTEMA PROTETOR	R\$ 0,1500
53	250.000	COMPRIMID O	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG COMPRIMIDO ELENCO ESTADUAL	R\$ 0,1400
54	250.000	COMPRIMID O	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG COMPRIMIDO ELENCO ESTADUAL	R\$ 0,1300
55	400.000	COMPRIMID O	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG COMPRIMIDO	R\$ 0,0500

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

56	500	FRASCO	MANITOL SOLUÇÃO 20% FRASCO 250ML	R\$ 8,9000
57	500	FRASCO	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 10 ML	R\$ 1,4800
58	4.000	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	R\$ 0,6700
59	200	AMPOLA	METOPROLOL, 1MG/ML, SOL. INJ AMP 5ML	R\$ 18,4400
60	1.000	BISNAGA	MICONAZOL, NITRATO 2 % CREME 28 G	R\$ 2,8500
61	1.000	BISNAGA	MICONAZOL, NITRATO 2 % CREME VAGINAL 80 G	R\$ 7,6700
62	3.000	FRASCO	MIKANIA GLOMERATA (GUACO) 35 MG/ML XAROPE 100 ML	R\$ 2,2700
63	500	AMPOLA	NALOXONA, CLORIDRATO 0,4 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	R\$ 7,8300
64	50.000	COMPRIMID O	NIFEDIPINO 10 MG COMPRIMIDO	R\$ 0,1400
65	800	FRASCO	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50 ML	R\$ 5,1700
66	30.000	CÁPSULA	NITROFURANTOÍNA 100 MG CÁPSULA	R\$ 0,3200
67	35.000	CÁPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO 25 MG CÁPSULA	R\$ 0,2400
68	500	AMPOLA	ONDANSETRONA 2MG/ML AMPOLA 2ML	R\$ 1,4100
69	500	FRASCO	PERMETRINA 10 MG/ML LOÇÃO FRASCO 60ML + PENTE FINO	R\$ 2,2400
70	400	AMPOLA	PETIDINA 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	R\$ 8,7700
71	130.000	COMPRIMID O	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO	R\$ 0,1500
72	500	AMPOLA	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL EV AMPOLA 5ML	R\$ 13,7000
73	2.000	UNIDADE	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL (NaCl 3,5G+Glicose 20G+Citrato Na 2,9G+KCl 1,5G) 27,9G PÓ PARA SOLUÇÃO ADULTO E PEDIÁTRICO	R\$ 1,1200
74	1.500	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME 50 G	R\$ 6,3200
75	500	AMPOLA	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% AMPOLA 10ML	R\$ 6,4100
76	250.000	COMPRIMID	SULFATO FERROSO (40MG DE FERRO ELEMENTAR)	R\$ 0,0500

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

		O	COMPRIMIDO	
77	500	AMPOLA	TERBUTALINA SULFATO 0,5 MG/ML AMPOLA 1ML	R\$ 2,2200
78	10.000	COMPRIMID O	TIAMINA, CLORIDRATO 300 MG COMPRIMIDO	R\$ 0,2400
79	500	AMPOLA	TRAMADOL, CLORIDRATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML	R\$ 1,5800
80	500	AMPOLA	VITAMINAS DO COMPLEXO B (B1,B2,B3,B5,B6) SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	R\$ 1,1100
81	300.000	COMPRIMID O	VITAMINAS DO COMPLEXO B (B1,B2,B3,B5,B6) DRÁGEA	R\$ 0,0500

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

FRANCINE TOLLER SARAIVA PORTELLA - Matrícula 1194196
Farmácia Básica, 28/04/2025, 10:21h

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidas se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal ou Governo Federal.

21.2.. (Indicar a dotação orçamentária da contratação).

Órgão: 10

Unidade: 04

Função: 10

Programa: 0156

Projeto/Atividade: 2106

Elemento: 339032000000

Recurso: 600, 500, 621.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

São Borja/RS, 28 de Abril de 2025.

FRANCINE TOLLER SARAIVA PORTELLA

SABRINA DORNELLES LOUREIRO

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

FARMACÊUTICA-BIOQUÍMICA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

() Defiro

() Indefiro

Prefeito de São Borja/RS